



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR

COMISSÃO: Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social

DATA: 01/10/2026 das 13:30pm até 17:00pm

LOCAL: Sala 02 – Escola de Gestão – Térreo – Ala C

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO:

NOME	SEGMENTO	REPRESENTAÇÃO	PRESENÇA
Suplente - Daniella Severgnini da Silva	GOVERNAMENTAL	Secretaria de Desenvolvimento Social e Família / Núcleo Regional de Cornélio Procopio/SEDEF	Presente
Titular - Rogéria Aparecida Ortelhado	USUÁRIAS(OS) DO SUAS	Macrorregional Guarapuava	Presente
Titular - Daniele da Cruz	TRABALHADORES	Fórum de Trabalhadores do SUAS do Paraná	Presente

Apoio técnico: Dirceneli Martins

Relator: Rogéria Aparecida Ortelhado

Coordenador: Daniele da Cruz

Convidados: Luma Queiroz (Estagiária de Psicologia), Ana Carolina Mansur (Estagiária CAOPAS MP), Dienifer Gomes (Residente CAOPAS - MP)

PAUTA PERMANENTE (retorno de pauta)

5.1. Fortalecimento e Monitoramento dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais inscritos nos CMAS

Relato: Considerando a informação apresentada na reunião da Região Sul do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS de que a Resolução CNAS nº 14/2014 estaria em processo de alteração, a Comissão deliberou pelo aguardo da manifestação do CNAS quanto ao Ofício CEAS/PR nº 209/2026.

Parecer da Comissão: A comissão reitera a necessidade de repasse de informações por parte da Secretaria Executiva a respeito da devolutiva do ofício 209/2026, encaminhado ao CNAS. Sugerimos que as contribuições da Conselheira Camila Vaz sejam apresentadas no relato dessa comissão. Essa pauta será retomada quando houver as devolutivas dos encaminhamentos citados anteriormente.

Parecer do CEAS:

PAUTAS TEMPORÁRIAS

5.2. Avaliação Reunião Regional Sul (Secretaria Executiva)



Relato: A Reunião Regional Sul do CNAS, realizada nos dias 27 e 28 de agosto de 2026, no Palácio das Araucárias, em Curitiba/PR, contou com a participação de 400 pessoas aproximadamente, das quais 77 responderam ao formulário on-line de avaliação disponibilizado nos dias do evento. O formulário reuniu perguntas de múltipla escolha (Ótimo, Bom, Regular, Ruim) sobre cada aspecto do evento, uma nota geral de 0 a 10 e questões abertas para observações e sugestões. Para a análise, as respostas fechadas foram contabilizadas em números e percentuais, e os comentários foram lidos integralmente e agrupados por tema. Nos percentuais de avaliação positiva, somam-se "Ótimo" e "Bom"; as opções "Não se aplica" e "Não tenho opinião" foram desconsideradas em cada item.

Participação - 76 pessoas participaram presencialmente e 1 de forma virtual.

Vínculo no SUAS:

Vínculo	Respondentes	Percentual
Trabalhadoras(es)	39	51%
Governamental	16	21%
Secretaria Executiva	10	13%
Usuárias(os)	6	8%
Entidades	4	5%
Outros (conselheiro, secretária)	2	3%

Território - Foram identificados 39 municípios: 36 do Paraná e 3 de Santa Catarina (Florianópolis, Palhoça e São Francisco do Sul). Responderam 72 pessoas do Paraná e 5 de Santa Catarina. Entre as respondentes do Paraná, 20 são de Curitiba e Região Metropolitana e 45 de municípios do interior; outras 7 informaram apenas o estado. Curitiba foi o município com mais respostas (10). Como o município foi preenchido em texto livre, e 8 pessoas não o indicaram, esses números são aproximados.

Avaliação geral - A nota média atribuída à reunião foi 8,73 (mediana 9). Do total, 44 respondentes (57%) deram nota 9 ou 10, e 69 (90%) deram nota 8 ou mais. Oito pessoas (10%) atribuíram nota 7 ou menos, e a menor nota registrada foi 5.

Nota	5	6	7	8	9	10
Respondentes	1	1	6	25	21	23

Por vínculo e território

Grupo	Respondentes	Nota média
Usuárias(os)	6	9,67



Governamental	16	8,81
Entidades	4	8,75
Secretaria Executiva	10	8,60
Trabalhadoras(es)	39	8,59
Conselheiras(os) – sim	53	8,72
Conselheiras(os) – não	24	8,75
Curitiba e Região Metropolitana	20	9,10
Interior do Paraná	45	8,53
Santa Catarina	5	9,60

As diferenças entre grupos são pequenas, e vários grupos têm poucos respondentes, então devem ser lidas com cautela. Duas tendências merecem registro: o segmento de usuárias(os) foi o que atribuiu a nota mais alta, e quem reside no interior do Paraná avaliou o evento um pouco abaixo de quem mora em Curitiba e Região Metropolitana. A condição de conselheira(o) não alterou a nota média.

Avaliação por aspecto

Aspecto	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Avaliação positiva
Atuação da equipe de coordenação	51	24	1	0	99%
Mesa de abertura	47	27	2	0	97%
Local (acessibilidade, segurança)	52	21	3	0	96%
Palestra sobre Benefícios Eventuais	47	25	3	0	96%
Programação	40	34	3	0	96%
Palestra sobre mudanças climáticas	48	24	3	1	95%
Cumprimento do horário	33	40	3	1	95%
Credenciamento	50	21	6	0	92%
Apoio técnico sobre Proteção Social Especial em municípios de pequeno porte	30	32	11	4	81%
Material distribuído	41	20	11	3	81%

Os aspectos mais bem avaliados foram a coordenação, a mesa de abertura, o local, a programação e as duas palestras. Os dois aspectos com maior proporção de



avaliações "Regular" ou "Ruim" foram o apoio técnico sobre Proteção Social Especial em municípios de pequeno porte e o material distribuído.

Coordenação, acolhida e organização - Os comentários elogiam a acolhida e a disponibilidade da equipe do CEAS/PR, da Secretaria Executiva e da equipe da SEDEF.

Local - Os comentários descrevem o local como bem equipado, confortável e acessível. As observações críticas se concentram em pontos práticos: falta de tomadas para carregar notebooks e celulares (citada por cinco pessoas), sinal de internet fraco e instável, som com qualidade irregular, espaço reduzido entre as fileiras de cadeiras e número limitado de lugares, cheiro de mofo e proximidade entre a área do café e o auditório.

Palestra sobre mudanças climáticas e proteção social - Os participantes consideraram o tema pertinente, urgente e bem explicado. Parte dos comentários pede mais tempo, mais aprofundamento e um formato mais dinâmico, com uso de slides e espaço para debate. Houve também demandas por conteúdo mais prático, como orientações para elaborar planos de contingência, organizar a articulação com a Defesa Civil e definir normativas sobre o papel específico da Assistência Social em emergências e calamidades. Uma pessoa relatou que o atraso no início reduziu o tempo da palestra.

Palestra sobre Benefícios Eventuais (Resolução CNAS/MDS nº 213/2025) - Os comentários destacam a clareza e o domínio do tema pelos palestrantes. Uma pessoa afirmou ter se inscrito no evento por causa dessa palestra. O pedido mais frequente foi por mais tempo, por oficinas práticas (como a construção de uma resolução municipal) e por espaço para troca de experiências entre municípios. Duas pessoas apontaram que ficaram com dúvidas sobre pontos da resolução, como os parâmetros de renda.

Apoio técnico sobre Proteção Social Especial em municípios de pequeno porte - Essa atividade recebeu elogios pela relevância e pelas ferramentas apresentadas, mas concentra a maior parte das críticas qualitativas do formulário. Os participantes esperavam uma oficina prática, com exemplos de serviços que funcionam, e relataram que o formato foi muito expositivo, com excesso de dados, e por vezes confuso ou cansativo. Uma pessoa entendeu que a atividade incentivou a regionalização dos serviços sem tratar da falta de equipamentos e de equipes nos municípios pequenos, e expressou preocupação com a terceirização. Essa é a percepção de um respondente, registrada aqui em nome da transparência.

Material distribuído - Quem recebeu o material o avaliou bem. O principal problema foi a insuficiência de kits no credenciamento presencial: cerca de 18 dos 32 comentários sobre esse item relatam que faltaram crachá, bolsa, pasta ou programação, inclusive para quem fez inscrição prévia e chegou dentro do horário. O tema reaparece em 7 sugestões de melhoria. Os comentários pedem que os materiais sejam garantidos a todos os inscritos e que participantes virtuais tenham acesso ao conteúdo. É um ponto de logística de fácil correção, mas que gerou sensação de desigualdade entre participantes.

Pontualidade e programação - O cumprimento do horário teve 95% de avaliação positiva, mas os comentários registram atrasos no início das atividades e sugerem compatibilizar o término do último dia com o deslocamento de quem vem de cidades distantes e depende de transporte rodoviário. Também houve pedido para evitar eventos



às sextas-feiras. Alguns participantes consideraram a programação densa e cansativa, e pediram mais dias ou menos conteúdo por dia.

Sugestões dos participantes

Dos 39 comentários na pergunta de sugestões, os temas mais recorrentes foram:

1. **Mais encontros e mais descentralizados** - Pedidos por reuniões regionais mais frequentes, com maior proximidade dos municípios e maior participação de conselheiros municipais, conselheiros usuários e fóruns de usuários.
2. **Mais conteúdo prático e participativo** - Mais oficinas, relatos de boas práticas, troca de experiências entre municípios e atividades mais dinâmicas, com falas ligadas às atribuições dos conselhos estaduais e municipais.
3. **Garantia de material para todos os inscritos** - Kit completo no credenciamento presencial e acesso ao material pelos participantes virtuais.
4. **Pontualidade e ajuste de horários** - Início e término compatíveis com o deslocamento e respeito a quem chega no horário.
5. **Mais tempo para os temas** - Em especial Benefícios Eventuais e mudanças climáticas, com programação mais distribuída.
6. **Melhorias no espaço físico** - Pontos de energia, internet estável, acústica e espaço maior para acomodar os participantes.
7. **Pautas específicas** - Equipes mínimas em municípios muito pequenos, cofinanciamento do SUAS, posicionamento contra a terceirização de serviços e maior presença de palestrantes do MDS.

Considerações finais:

Com base nas 77 respostas, a percepção predominante é positiva: nota média de 8,73, com 90% das notas entre 8 e 10, e avaliação positiva acima de 90% na maioria dos aspectos. A equipe de coordenação, a mesa de abertura, o local, a programação e as palestras foram os destaques. Os pontos de atenção, apontados de forma consistente pelos participantes, são a insuficiência de materiais no credenciamento, o formato da atividade sobre Proteção Social Especial em municípios de pequeno porte (esperada como oficina prática), a pontualidade e o tempo disponível para os temas e a infraestrutura do local (tomadas, internet e som)

Parecer da Comissão: Ciente. Encaminhar o panorama da avaliação ao CNAS e aos Núcleos Regionais.

Parecer do CEAS:

5.3. Protocolo 25.770.794-6 – Orientações sobre composição do CMAS – Apucarana (DGS)

Relato: O Protocolo nº 25.770.794-6 foi anteriormente analisado pelo CEAS/PR em julho de 2026, em razão de questionamentos relacionados à composição do CMAS de Apucarana e à permanência de entidades da sociedade civil em terceiro mandato consecutivo.

Em 25/08/2026, o CMAS de Apucarana encaminhou o Ofício nº 030/2026 ao



CEAS/PR, solicitando orientações técnicas para os desdobramentos operacionais. Informou que havia solicitado à Promotoria de Justiça prazo de seis meses para adoção das providências, sem manifestação quanto ao pedido.

O CMAS informou ainda que está em andamento a reformulação do Regimento Interno, com previsão de incorporação das regras relativas à vedação de candidatura de entidades/representantes com dois mandatos consecutivos.

Também relatou medidas de organização do acervo documental físico e digital, com registro sistemático das atas dos processos eleitorais e ampliação da publicização dos atos no Portal da Transparência. Informou, ainda, que documentos anteriores a 2025 foram localizados e serão gradualmente digitalizados.

Quanto à composição do colegiado, o CMAS apontou dificuldades relacionadas ao número reduzido de entidades candidatas, ao cadastro de reserva e à interpretação da legislação municipal pelas entidades que atualmente ocupam as vagas questionadas.

Em nova análise, por meio do Despacho nº 296/2026 – DGSUAS/CPAS/SEDEF, a DGSUAS reafirmou as orientações anteriormente apresentadas e esclareceu os questionamentos encaminhados pelo CMAS.

A DGSUAS orientou quanto à necessidade de ampla divulgação do processo eleitoral junto à rede socioassistencial e destacou a previsão da Resolução CNAS/MDS nº 100/2023 quanto ao preenchimento das vagas na ausência de representantes do segmento de entidades.

Em relação ao cadastro de reserva, informou que a existência de Plano de Providências em vigência, aprovado pelo Conselho, não inabilita a entidade enquanto permanecer válida sua inscrição no CMAS. Caso a inscrição venha a ser cancelada após o prazo de adequação, a situação deverá ser novamente analisada.

Quanto à interpretação da legislação local, a DGSUAS esclareceu que a representação no segmento das entidades é da entidade, e não da pessoa física que ocupa a cadeira. Registrou ainda que, conforme os documentos do processo eleitoral, as duas entidades que se encontram em terceiro mandato participaram do processo eleitoral regular.

Parecer da Comissão: De acordo com o prazo solicitado pelo Conselho Municipal de Assistência Social ao Ministério Público do Paraná, em 25/08/2026, de seis meses para adequação, essa comissão irá aguardar o prazo solicitado e retorna à pauta em março de 2027, para pedidos de novas informações.

Parecer do CEAS: Aprovado o parecer da comissão. A equipe técnica da DGSUAS registra que apesar do processo eleitoral ser regular, a entidade em questão não poderia ter se candidatado, visto ser o terceiro mandato.

5.4 Protocolo 26.098.509-4 – Orientações ao CMAS de Campo do Tenente (DGS)

Relato: O Protocolo nº 26.098.509-4 foi anteriormente analisado pelo CEAS/PR, que



deliberou pelo encaminhamento ao CMAS de Campo do Tenente das orientações realizadas pela DGSUAS no Despacho nº 244/2026, com solicitação de retorno quanto às medidas adotadas.

O Ofício nº 212/2026 – CEAS/PR foi encaminhado ao CMAS, por meio do Núcleo Regional, em 13/08/2026.

Em 20/08/2026, o CMAS de Campo do Tenente encaminhou ao CEAS/PR o Ofício nº 05/2026, solicitando nova análise da DGSUAS acerca dos pontos apresentados.

Em nova manifestação, por meio do Despacho nº 287/2026 – DGSUAS/CPAS/SEDEF, de 09/09/2026, a DGSUAS informou que permanecem válidas as orientações técnicas realizadas anteriormente e registrou que alguns aspectos já foram regularizados pelo CMAS, especialmente a composição do Conselho e a eleição da Mesa Diretora.

Quanto às atribuições do próprio CMAS, foi informado que a elaboração do Regimento Interno está em andamento.

A DGSUAS identificou ainda questões relacionadas à responsabilidade do Órgão Gestor da Política de Assistência Social, especialmente:

- ausência de Secretaria Executiva efetivamente estruturada e de servidor designado para prestar suporte administrativo permanente ao colegiado;
- ausência de sala própria destinada ao funcionamento do Conselho e de sua futura Secretaria Executiva;
- insuficiência de equipamentos e estrutura material;
- ausência de acesso ao Sistema Interno de Protocolo, dificultando os processos administrativos;
- falta de respostas aos ofícios encaminhados pelo CMAS à Administração Pública Municipal;
- demora na publicação das Resoluções e Deliberações do CMAS;
- falta de fluxo administrativo entre o CMAS e o Órgão Gestor.

A DGSUAS manifestou-se favoravelmente à realização de Orientação Técnica junto ao Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município de Campo do Tenente.

Parecer da Comissão: Encaminhar o Despacho nº 287/2026 - DGSUAS/CPAS/SEDEF para o CMAS e para o Órgão Gestor Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo do Tenente/PR.

Parecer do CEAS: Aprovado o parecer da comissão. Registra-se as pendências de leitura dos pontos 5.1. e 5.2. para a reunião de novembro de 2026.